OS FILHOS DE ALÁ NA BAHIA¹: Características islâmicas na revolta dos malês em 1835

Patrícia Alves Silva²
Patrícia_linf@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo identificar as características islâmicas na revolta dos malês em 1835, através da revisão bibliográfica de Raymundo Nina Rodrigues e João José Reis, buscando compreender o caráter do movimento, e sua ligação com a religião, através de depoimentos utilizados pelos autores e o esboço dos objetos encontrados durante o confronto, contudo para entender essa ação dos malês teremos como apoio as contribuições de Paul Lovejoy para o compreensão do contexto em que estes estavam inseridos na África, até sua comercialização para a América, entendendo o sentido da escravidão para os mesmos e a influência do islã nesse processo.

Palavras-chave: Islamismo, Malês, Revolta.

Introdução

Este artigo tem por objetivo identificar as características existentes do islamismo na revolta dos malês em 1835. Utilizando o livro de Paul Lovejoy “Escravidão na África: uma história de suas transformações” para entender como se dava a expansão religiosa, os conflitos que geraram o comércio desses africanos para a América, o que nos proporciona a entender que até mesmo o sentido de escravidão era diferente, o que a religião dizia sobre isso, e o que na prática era exercido.

Já Raymundo Nina Rodrigues com o livro “Os Africanos no Brasil” e João José Reis com “Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835”, e “Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista” também de João José Reis, são utilizados para a revisão bibliográfica. Através desses autores perceberemos as minuciosidades e a complexa sociedade dos malês que se formou na Bahia, através dos elementos utilizados “amuletos, livros de orações, “escola”, vestes”.

É importante ressaltar que Reis trás uma observação mais recente sobre o assunto, tanto é que ele apresenta mais detalhes e análises sobre os elementos ressaltados, tecendo uma serie de críticas a Nina Rodrigues, porém, este autor também é muito importante para a análise do conteúdo histórico. Este artigo tem como foco identificar os elementos islâmicos e como esses adeptos se relacionavam com eles, e qual foi sua importância na revolta.

¹ Título retirado do capítulo VI do livro de João José Reis “Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835.

² Aluna da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus X, graduanda do IV Semestre do curso de História. Artigo apresentado para o componente curricular de História do Brasil séc. XIX, ministrada pela professora Priscila Glória.

Malês e a África

Falar de escravos africanos islâmicos que se revoltaram na cidade de Salvador na Bahia em 1835, é excitar a busca dos motivos que levaram a essa revolta, tão importante ainda é saber as interferências, no caso desse artigo o fator religioso, que está sendo analisado. A escravidão no continente africano por início tinha um caráter mais social, não era somente econômica, muitas vezes os motivos para essa ação eram as guerras, os conflitos religiosos, políticos, etc. Porém com a expansão do comércio, o contato com a Europa interferiu no aspecto escravocrata alterando essas características.

O comércio transatlântico interfere no ambiente escravista africano devido às grandes proporções que causa com o crescimento e expansão do tráfico europeu “O crescimento e a expansão do tráfico europeu de escravos através do oceano Atlântico tiveram um impacto decisivo na evolução da escravidão na África [...]”. (LOVEJOY, 2002, p. 51).

O Islã também influenciou esses povos, o contato na África trouxe muitos adeptos, através de um dos seus métodos que é o “Jihad”, as pessoas que não se convertiam eram “escravizadas”, essa escravidão se dava como forma tanto de punição como de aprendizagem, punição para aqueles que não aceitavam Alá como seu único senhor, que foi anunciado pelo profeta Maomé; muitos desses escravos eram intercalados a cargos sociais, militares e domésticos, etc. Porém quando as pessoas aceitavam a fé não eram tratadas como escravas, mas sim pessoas livres, e a conversão funcionava como uma forma de “emancipação”, libertação e mudança social. O autor (Lovejoy) vem mostrando em seu livro que nem todos respeitavam a tradição e, portanto, comercializavam até mesmo os livres, que já tinham se convertido, e os fatores eram diversos, radicalismo religioso diante dos novos adeptos que muitas vezes já tinham uma fé e que ao abraçar a fé muçumana não havia se despreendido totalmente da outra “pagã”, brigas entre líderes, questões que gerou o tráfico de muitos para a América. Sobre essa questão ele ressalta que:

Algumas vezes a desarmonia entre os chefes dessas terras e um sultão pode machar contra outro, e invadir seu país e capturar o que puder dos seguidores do outro, que são muçumanos, e vender os prisioneiros, embora sejam eles muçumanos livres. (LOVEJOY, 2002, p. 126).

Rodrigues trata essas ações como consequência de um “fanatismo religioso”, as guerras santas como conhecemos, principalmente no reino de Haussá, vários foram os fatores que levaram ao comércio destes para a América, e isto muitas vezes acontecia como forma de punição, ou até mesmo indevidamente quando se tratavam de muçumanos livres que mesmo assim eram vendido, o que ia de contrario a própria tradição islâmica, Nina Rodrigues ao falar

sobre a expansão islâmica aponta para o peso religioso teria influenciado na comercialização de inúmeros africanos islâmicos e não-islâmicos:

Estabelecidos no belo país do Haussá, para uma época que remonta a mais talvez do século XIV, foram os Fulbi que aí propagaram e lentamente desenvolveram o Islamismo. Crescendo continuamente em número e em poderio, a ponto de, em muitas regiões, acabar por contrabalançar a influência dos indígenas Haussás, eles não conseguiram, todavia, desde logo, a dominação política do país. Foi precisamente no começo do século XIX, em 1802, que o dam-foidé Othman, constituindo-se, com os fiéis, em dijemã, ou associação religiosa e militar, abriu o período das guerras santas, e, inspirando-se no mesmo fanatismo religioso que lançou os Árabes vitoriosos sobre a África e sobre a Europa, acabou fundando até 1810 o vasto império de Sókotô, que mais tarde se cindiu nos grandes reinos vassallos de Wurnô, Gandô e Adamauhá. (RODRIGUES, 2010, p. 46).

Assim como Nina Rodrigues, Reis explana os conflitos e aponta o islamismo como uma força política, onde mais tarde as intensificações religiosas geraram conflitos étnicos, desde a exigência de uma prática mais conservadora dos ensinamentos, até a quebra de alguns, neste caso o dos islâmicos escravizados.

Entretanto, foi ao longo da primeira metade do século XIX que desembarcou na Bahia grande número de africanos muçumanos. Nessa época, o islã se constituiria em vigorosa força política na África Ocidental, [...]. O islamismo não era um corpo estranho nessa região, estando ali fixado havia gerações, e com mais força entre os fulanis, um grupo étnico que constituía cerca de 20% da população da haussalândia. [...]. Pertencia a essa etnia a maioria e os mais respeitados mestres muçumanos que atuavam na região. Entre as últimas décadas do século XVIII e os primeiros anos do XIX, fermentava entre eles um consistente movimento de revivência religiosa. [...] Pesava também sobre o governante e outros chefes haussás a acusação de permitir a escravização e venda de muçumanos, contra os cânones de tradição islâmica. Muitos desses escravos eram vendidos aos iorubas de Oyó, que os retinha em seu território ou os exportavam para serem vendidos a traficantes no litoral. (REIS, 2003, p. 159 -160).

A citação de Reis acima mostra essas ações, que através das divergências religiosas, gerou conseqüências, e muitos desses adeptos acabaram habitando no novo mundo.

A Bahia e o levante dos malês

João José Reis em seu livro “Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista” apresenta a cidade de Salvador, onde senhores, negros, escravos e libertos moravam lado a lado, despertavam a percepção das desigualdades. Com a crise da agricultura essa percepção será mais intensa devido à grande quantidade de alforriados e a incapacidade econômica dos senhores em mantê-los, porém, essa liberdade concedida gerava mais ainda “desprivilegio”, e esses africanos se veem inseridos numa realidade econômica precária, e numa situação política de desigualdades, sendo que mesmo não sendo mais escravos deviam se comportar de forma submissa diante dos ex-senhores e da população não escrava.

Para Nina Rodrigues os levantes ocorridos na Bahia durante os anos que sucedem 1800 não são somente manifestações de revoltas contra seus senhores e os maus tratos, ou um sentimentalismo perverso de como ele mesmo cita “selvagens de pele negra”, mas que uma lacuna ficou a desejar, o que ele tratou foi o sentimento religioso por trás disso tudo, que fora trago na construção da vivência desses escravos nos reinos de Iorubá e Haussá. O que para Rodrigues não seria diferente na revolta que ocorreu em 1835:

Essas revoltas de que o estudo pouco aprofundado dos historiadores pátrios não tem feito mais do que explosões acidentais do desespero de escravizados contra a opressão cruel e tirânica de senhores desumanos, tem assim a alta significação da mais acabada sucessão histórica. Elas se filiam todas às transformações políticas operadas pelo Islamismo no Haussá e no Iorubá sob a direção dos Fulos ou Fulahs. (2010, p. 45).

Para ele o levante em 1835 não tinha sido “[...] um levante brutal de senzalas, uma simples insubordinação de escravos, mas um empreendimento de homens de certo valor [...] (p.64). Seria mais uma expansão do *jihad* do que uma revolta escrava. É nesse sentido que Reis faz uma reflexão crítica a respeito deste pensamento dizendo que:

[...] Há uma longa tradição, iniciada por Nina Rodrigues, que sustenta que a revolta não teve relação com a escravidão. Ela teria sido uma guerra santa islâmica, levada ao cabo por escravos e libertos africanos, com o único objetivo de expandir o islã. Pode soar anacrônico, mas procuramos demonstrar que houve uma rebelião escrava e, portanto, uma luta de classes num sentido mais amplo [...] Houve também luta étnica e religiosa. (1989, p.100).

Reis em seu livro aponta que todos que escreveram sobre a revolta não deixaram escapar a questão religiosa como um fator “[...] seja para enfatizá-lo absolutamente, ou para diminuí-lo demais” (Reis, p.158), não podemos nos limitar apenas a isso, como veremos a seguir a intensa relação entre essas etnias na Bahia, propunha um ambiente fértil em estratégias de resistências não somente vinculadas ao fator religioso, mas também cultural. O islã teria sido o fator unificador entre as etnias, e que também impulsionava a organização para os levantes, de até mesmo de não adeptos ao islamismo, neste sentido Reis crítica o fato de Nina Rodrigues caracteriza a revolta de 1835 como um *jihad* (REIS, 1989, p. 110), pois está seria feita com o objetivo de luta contra os pagãos, mesmo percebendo a participação de não adeptos no movimento. Sendo assim percebemos a participação de aliados em um movimento que por suas ações demonstrava não ser uma guerra religiosa, mas de conflitos sociais, políticos, que uniram etnias com objetivos intercalados, tendo a fé como um agente, mas não como foco central.

Etnias islâmicas

Apesar de existir uma generalização de que na Bahia denominasse os malês como nagôs, Reis vem trazendo que malês eram chamados todos os adpetos islâmicos, mas que os haussuanos provavelmente fora os únicos a virem já convertidos desde a África, até porque é notório nas leituras feitas relacionadas a essa época a presença de uma diversidade religiosa, que por vezes mesmo quando esses povos aderiam ao islamismo mantinha algumas práticas da religião anterior. Os malês não eram todos os africanos habitantes na Bahia durante esse período, mas os que tivessem se convertido ao islamismo, mais restritamente os nagôs, porém os haussás, jejes e tapas, eram mulçumanos, e por vezes chamados de malês também, porém segundo o mesmo autor nem todos se auto determinavam assim “Os mulçumanos haussás, por exemplo, se diziam mussulmi ou muçulmi,[...]” (Reis, 2003, p. 176 – 177).

Vínculos de resistências

Como já fora caracterizado acima a diversidade étnica que permeou a Bahia durante os anos de 1800 por diante, esses povos geraram um forte vínculo cultural que proporcionou elementos de resistências como nos mostra Reis:

Os africanos recriaram na Bahia uma rede cultural e institucional rica e peculiar, enraizada nas tradições étnicas africanas, mas readaptadas ao contexto da escravidão e da sociedade predominantemente européia do Novo Mundo. Os “cantos”, ou grupos de trabalho, as juntas de alforria, as práticas religiosas e lúdicas funcionavam como estratégias de sobrevivência e resistência relativamente autônoma dentro dos reduzido espaço social permitido pelo regime escravocrata. (1989, p. 101).

Essa recriação cultural se tornava objeto de força e de união muitas vezes para resistir aos senhores, e como o próprio autor no decorrer do seu livro deixa claro que isso expressava que não se tratava de um povo homogêneo, pelo contrário, tratava-se de povos que muitas vezes se juntavam para as revoltas. Nina Rodrigues mostra a participação de não mulçumanos na revolta:

Importa, porém, reconhecer que o Maometismo não fez prosélitos entre os negros crioulos e os mestiços. Se ainda não desapareceu de todo, circunscrito como está aos últimos Africanos, o Islamismo na Bahia se extinguirá com eles. (Rodrigues, 2010, p. 67).

Podemos perceber que o mesmo tem como foco a religiosidade islâmica como centralidade, ao dizer que o “mamoetismo” não faz distinção entre negros, crioulos e mestiços, é curioso, portanto, a não participação dos crioulos, nas revoltas feitas pelos africanos, isto é afirmado por Reis quando cita que “[...] Estes e os africanos conviviam não só numa relação de competição, mas frequentemente de conflitos mesmo”. (1989, p. 105), pois se sentiam parte da nação brasileira e também se inibiam diante da quantidade superior de africanos existentes no território, quantidade essa que os superavam. Contudo os africanos ganhavam

apoio dos libertos africanos que pertenciam ao mesmo grupo étnico “[...] Os africanos na Bahia parecem ter combatido mais como grupos étnicos do que como membros de uma classe estruturalmente definida” (1989, p. 107), se uniam através da “identidade étnica” com o intuito de se rebelarem. São por essas questões apontadas por Reis que ele afirma essas revoltas foram também “escravas”, pois lutavam contra suas próprias condições de vida.

O ensino islâmico

A relação do ensino islâmico na Bahia é interessante, pois ambos os autores trazem essa prática à tona, resquício de livros, rezas e objetos religiosos entre eles, outro fato é que muitos estavam escritos em árabes, e até mesmo porque vários africanos que foram importados para o Brasil eram mestres mulçumanos e tinham freqüentado escolas, que de certa forma desempenhavam funções de lideranças na África, sendo, portanto, detentores da leitura. Sobre essa questão ressalta Nina Rodrigues:

Vasta também a esfera de ação e influência da escola do Alufá ou marabu, Dandará. O haussá liberto Elesbão do Carmo, em sua terra Dandará, morava no Gravatá, mas tinha alugado uma casinha no beco dos Tanoeiros na cidade baixa. Ali erigiu ele a sua tenda de comércio, a sua igreja de catequese muçulmana e a sua escola de propaganda revolucionária. “Era mestre em sua terra, declarou ele, e aqui tem ensinado os rapazes, mas não é para mal”. Na sua tenda, encontraram-se, com uma túnica guerreira e um rosário preto sem cruz das Males, tábuas e papéis escritos em caracteres árabes. A atestar a difusão do ensino muçulmano, tábuas e papéis assim escritos foram encontrados em casa de José da Costa, no beco de Mata-Porcos; na casa de Joaquim, na ladeira da Preguiça; na de Miguel Gonçalves, na mesma rua e em diversas outras. (2010, p.63).

O autor procura mostrar a existência da transmissão do conhecimento islâmico por senhores que eram mestres islâmicos onde nasceram, e que no Brasil se organizavam e difundiam entre si, através dos elementos que continham. Alguns desses objetos de ensino foram encontrados pela polícia, que desconhecidos da língua que eram escritos buscavam explicações em depoimentos:

[...] “E a escrava Marcelina, perguntada sobre escritos achados pela polícia na casa de um liberto que lhe alugava um quarto e disse: Os papéis de reza de malês [foram] escritos e feitos pelos mestres dos outros, os quais andam ensinando, e estes mestres são de Nação Ussá porque os Nagôs não sabem e são convocados por aqueles para aprender, e também por alguns de Nação Tapa”. (REIS, 2003, p.178).

Muitos dos que atravessaram o oceano eram convertidos, mestres, sabiam ler e escrever, como exemplo, os principais líderes na revolta em 1835 ambos eram Nagôs. “Vê-se então que, da mesma forma que os haussás, os nagôs contavam com velhos mulçumanos em suas fileiras e prestígio, a influência e a ascendência que tinham não podem ser subestimados”. (Reis, 2003, p. 180). Sobre os líderes o autor aponta os principais:

[...] De qualquer modo, os malês-nagôs tinham poder e prestígio na comunidade africana, pelo menos entre os de sua nação. Os escravos Ahuna e Pacífico Licutan, talvez os personagens mais importante do levante de 1835, eram ambos conhecidos como mestres malês de nação nagô. Tinham o título de *alufá* ou *àlufáà* (o mesmo que alfa em várias partes da África Ocidental), termo em língua ioruba (do árabe *allafa*, escrever, compor) para mestre mulçumano, equivalente a *malam* entre os haussás. Era também *alufá* e líder rebelde Manoel Calafate, o liberto nagô em cuja casa a rebelião começara. E outros. Vários nagôs confessaram ter iniciado no Islã antes de atravessar o Atlântico. (REIS, 2003, p.179).

O Licutan, que fora batizado pelo de Pacífico e estava preso e era constantemente visitado pelos seus, os quais faziam jejuns por ele, para que fosse solto, um dos pontos que os revoltosos queriam chegar era na cadeia onde Pacífico se encontrava para soltá-lo, o que não houve êxito. a prisão desse líder e o pedido de libertação que fora negado pra o mesmo, levou a tentativa forçada de soltura , como retratado abaixo:

A sua libertação havia constituído mesmo um dos escopos ou objetivos primordiais dela. Por duas vezes o troço revolucionário foi ter até a Ajudá e tentou tomar de assalto a cadeia em que Pacífico estava recolhido. E, como se tanto não bastasse para demonstrar os intuits dos insurgidos, veio corroborar esse fato o efeito moral que sobre Pacífico produziu o malogro da jornada. (Rodrigues, 2010, p. 62).

Ainda voltado apenas a questão religiosa Nina Rodrigues apresenta uma busca intensa para soltar o líder, realmente nas leituras feitas em Reis, também é retratado de uma forma mais cautelosa a ida dos revoltosos na cadeia com o intuito de libertar Pacífico.

“Vestês de guerra”

Tanto Reis como Nina Rodrigues apontam a questão das vestes utilizadas no levante, Nina aponta como “vestes de guerra”, ambos utilizaram de testemunhos onde, as pessoas relatavam o uso desse e de outros objetos, que será mostrado mais a frente. O autor aponta que:

Ainda assim, das 6 para as 7 horas da manhã, da casa de João Francisco Rates, no Pilar, saíram seis negros, armados e vestidos em trajes de guerra, os quais lançaram fogo à casa do senhor e tomaram para Águas de Meninos, onde para logo foram mortos. (RODRIGUES, 2010, p. 60).

Já Reis trás esse elemento desde a África, o uso de uma túnica branca que deveria cobrir todo o corpo, o que para os africanos era algo complicado devido à escassez de roupas, não era somente instrumento de guerra, mas também para momentos restritos de orações sendo que na Bahia a utilização dessa roupa específica era camuflada, devido à perseguição. Nesse sentido Reis aponta que:

[...] Entretanto, ao contrário do africano. O abadá baiano nunca era usado em público, para evitar a visibilidade do malê e conseqüente perseguição das autoridades policiais, na época sempre atentas ao estranho entre os negros. Passou a ter função estritamente ritual. [...] É possível que uma função ritual como esta por ele indicado fosse encenada em 1835, quando a Bahia pôde ver suas ruas tomadas

pelo espetáculo de centenas de filhos de Alá vestido de branco. Por isso as autoridades policiais se referiram aos abadáas como “vestimentas de guerra”. Na paz, os malês o usavam apenas em casa, longe de olhos curiosos, durante suas rezas e outros rituais. (2003, p. 206).

A utilização das vestes ganha um peso religioso aqui no Brasil, “vestes escondidas” que representavam a fé professada, por isso oculta, mas no dia da revolta os islâmicos não queriam mais se esconder, e o dia escolhido é apontado por Reis como um dia de observação para eles o Ramadã (1989, p. 122), talvez por isso se encontrasse vestidos por essas túnicas.

Objetos e sua relação com o islamismo

Muitos objetos foram encontrados nas casas dos revoltosos, alguns já citados como vestes, livros de orações com citações do alcorão também chamado de corão, amuletos, etc. Sobre os amuletos encontrados tanto Nina como Reis buscavam ressaltar essa questão, Reis procurou se aprofundar mais em relação a essa questão buscando raízes mais profundas na África, onde a naturalidade do uso desses objetos estava contida tanto entre mulçumanos e não-mulçumanos, claro que entre os mulçumanos menos conservadores. Pois, muitos amuletos continha elementos que eram considerados pagãos como, por exemplo, o algodão. Esses amuletos eram utilizados como forma de proteção, sem contar que a palavra escrita na África onde os africanos eram mais voltados a oralidade, ela tinha um grande valor, como diz Reis “a magia protetora da melhor espécie”, até mesmo para espantar bruxarias, muitos desses objetos continha citações do Alcorão. Já na Bahia ficou conhecido também como mandiga:

[...] Nas buscas judiciais, aí se encontraram nove tábuas de escrever, de madeira preta e amarela, que o nagô Inácio declarou pertencer aos pretos Benedito, Belchior, Joaquim, Aprígio e Conrado, e duas pretas e uma pequena amarela, que pertenciam a Manuel Calafate. Ainda encontraram quatro livros pequenos e mais papéis escritos com caracteres árabes e seis saquinhos de couro (Amuletos ou mandingas) “em que, declarou o negro Inácio, se dava um juramento de não morrer na cama e sim como pai Manuel Calafate”. (RODRIGUES, 2010, p. 63).

No levante foram encontrados muitos utilizando esses elementos para proteção principalmente contra as balas, alguns usavam vários em seu corpo, segundo eles quanto mais tinham, maior era a proteção, por isso podemos entender o motivo que levaram a esses adeptos a utilizarem amuletos, e estarem com eles no dia do levante:

A função protetora aumentava com o número de amuletos carregados junto ao corpo. Na casa de Gaspar (ou Huguby), escravos nagôs, foram encontrados, entre outras coisas, “13 breves enfiados em um cordão preto”. O cordão preto servia pendurar os amuletos em volta ao pescoço. (REIS, 2003, p. 183).

Reis se aprofunda mais ainda sobre a utilização dos amuletos, quando analisa o que havia contido em muitos que estavam pendurados nos pescoços dos mulçumanos no dia do levante, e aí sim podemos ver mais claramente a proximidade da fé islâmica com a luta, a

oração como prece, prece para que a boa nova acontecesse, e que pudessem ser protegidos e ouvidos, e ao mesmo tempo punisse seus opressores. Em suas orações os pedidos muitas vezes eram de punição para os opressores, juntamente com a libertação do povo oprimido, mas para isso os islâmicos também se reconhecem como pecadores, onde ao mesmo tempo em sua prece pede justiça, perdão, vitória, etc. Outro objeto encontrado no confronto e que não tinha ligação religiosa eram os “armamentos” que foi utilizado na revolta, nesse sentido ressalta Nina Rodrigues:

Sob denúncia de que, na loja da segunda casa da ladeira da Praça, estava reunido grande número de negros Africanos, foi esta cercada e, apesar das evasivas coniventes do pardo Domingos Marinho de Sá, principal inquilino do prédio, as autoridades penetraram nele e dispunham-se, já às 11 horas da noite, a dar minuciosa busca, quando de súbito se entreabriu a porta da loja e dela partiu um tiro de bacamarte, seguido da irrupção de uns 60 negros armados de espadas, lanças, pistolas, espingardas, etc., e aos gritos de: mata soldado! (2010, p.58 -59).

Já Reis no livro *Rebelião Escrava no Brasil* aponta a utilização de armas brancas, porém, a utilização de armas de fogo era mínima, sendo, algumas obtidas através de furtos, roubadas dos senhores. Por fim, Reis ao final do capítulo VI do mesmo livro citado acima mostra que tanto os escritos, as vestes, os objetos encontrados caracterizavam a sociedade malê, o interessante disso tudo como ele mesmo aponta que nem mesmo o tráfico, a mudança de continente proporcionou a perda cultural dos mesmos. Uma comunidade heterogênicamente como vimos, que se uniam na hora da luta, e professavam a mesma fé.

Considerações Finais

Foi possível perceber a partir das leituras feitas a existência do peso religioso na revolta, esta realizada mais com o sentido de libertação e questão social e política, do que um *jihad*. Sendo que ambos autores (Nina Rodrigues e Reis), utilizam de depoimentos, e objetos como análises desse fator religioso, entendendo assim a permanência cultural que atravessou mares, e repercutiu na Bahia tanto como forma de luta, resistência, mas como fé e busca de libertação (como pode ser visto nas orações escritas nos amuletos). Grupos heterogênicos que se juntavam para lutar pelos objetivos, se reuniam para “rezar”, o que fez perceber até mesmo uma hierarquia entre eles, e a presença de “mestres”. Grupos heterogêneos islâmicos ou não, que não tiveram por foco o fator religioso, mas por ele também foram influenciados, atrelados a outros interesses, dentre eles a própria situação social, política e econômica que estavam inseridos.

Referências

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os Africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2010.

SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**/ Eduardo Silva, João José Reis. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.